COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

PROJETO DE LEI Nº 5.334, DE 2013

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para instituir, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec) e para estabelecer novo prazo de vigência para o programa.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado PLÍNIO VALÉRIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.334, de 2013, originário do Senado Federal, altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para instituir, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec) e para estabelecer novo prazo de vigência para o programa.

De acordo com a proposição, o Repenec, instituído pelo art. 1º da Lei nº 5.334, de 2013, passa a valer para a “área de atuação da Sudene”, em substituição à “Região Nordeste”, com vigência de quatro anos a partir da aprovação da lei.

Da mesma forma, o projeto altera o art. 2º, para substituir a “Região Nordeste” por “área de atuação da Sudene”, ao tratar dos beneficiários do Repenec, que passa a ser a pessoa jurídica com projeto

598249E828

598249E828

aprovado para implantação de obras de infraestrutura na *área de atuação da Sudene* e nas Regiões Norte e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia e seus subprodutos, a partir do gás natural, e de metanol e seus subprodutos, a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado. O disposto vale para os projetos protocolados no prazo de quatro anos após a aprovação da lei.

Por fim, a proposta determina que o Poder Executivo, para cumprir o disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no projeto e o incluirá nos demonstrativos a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanharão os projetos de lei orçamentária dos exercícios subsequentes.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída a esta Comissão e às Comissões de Minas e Energia, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto em pauta propõe alterar a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que instituiu o Repenec, um regime especial de incentivos criado pra desenvolver a infraestrutura da indústria petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A alteração principal diz respeito à mudança de sua área de atuação: além de continuar vigorando no Norte e no Centro-Oeste, o regime especial alcançaria toda a área de jurisdição da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e não somente a Região Nordeste.

O Repenec foi regulamentado pelo Decreto nº 7.320, de 2010, concedendo incentivos para o desenvolvimento de projetos para implantação de obras de infraestrutura naquelas Regiões, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia, a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado. Entre os incentivos, encontram-se a suspensão de impostos e contribuições, como o PIS/PASEP e

598249E828

598249E828

a COFINS incidentes sobre venda e aluguel de máquinas, equipamentos e de materiais de construção, o IPI incidente na saída do estabelecimento industrial e o PIS/PASEP-Importação e a COFINS-Importação, em todos os casos quando os bens são destinados às obras incentivadas ou envolverem pessoas jurídicas habilitadas no regime.

A desoneração tributária do setor petroquímico, de refino de petróleo e de produção de ureia a partir do gás natural tem o objetivo de estimular setores que se tornam cada vez mais estratégicos para o desenvolvimento da economia nacional. Dessa forma, é oportuno estender o alcance dos benefícios do regime especial de incentivos a um leque maior de beneficiários. O estímulo à implantação de indústrias nesses setores pode dinamizar a economia das regiões mais atrasadas, e incluí-las no processo de crescimento industrial, fundamental à inserção social.

A proposta, ao estender benefícios fiscais a empresas localizadas em toda a área de atuação da Sudene que invistam no setor petroquímico, contribui para aumentar o nível de investimento nesses espaços, significando um forte impulso ao aumento de sua produção. Tais estímulos são importantes para a melhoria de nossa infraestrutura, um dos maiores gargalos ao crescimento econômico brasileiro.

O texto do projeto propõe também a extensão dos segmentos beneficiários do Repenec, o que, pelos mesmos motivos, nos parece salutar ao desenvolvimento regional. Alertamos apenas que a Comissão de Finanças e Tributação melhor avaliará a questão da estimativa do montante da renúncia fiscal decorrente do disposto na proposição, uma vez que o assunto não diz respeito ao mérito desta Comissão.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.334, de 2013, quanto ao mérito desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado PLÍNIO VALÉRIO
Relator

598249E828
598249E828